



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

EXPEDIENTE: 5377.989.16-5
REPRESENTANTE: Sociedade Civil de Saneamento Ltda.
REPRESENTADA: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE.
ASSUNTO: Despacho de apreciação sobre Representação formulada em face do edital da Concorrência nº 001/2016, certame destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços para Implantação do Plano Diretor de Combate às Perdas Físicas de Água no Macro Setor 1.

Trata-se de representação subscrita pela Sociedade Civil de Saneamento Ltda., que objetiva impugnar os termos do edital da Concorrência nº 001/2016, certame instaurado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piracicaba - SEMAE, tendo em vista a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para Implantação do Plano Diretor de Combate às Perdas Físicas de Água no Macro Setor 1.

Conforme informa a representante, com base no conteúdo do instrumento questionado que anexou por cópia, a licitação tem a abertura aprazada para o dia 25/02/16, às 9h00.

Aponta, nesse sentido, controvérsia nos itens 7.5.6 e 7.7 do edital, dispositivos que cumulariam exigências de prestação de garantia de participação e de comprovação de patrimônio líquido, o que, no seu entendimento, seria excessivo para o fim de se comprovar qualificação econômico-financeira.

Igualmente desarrazoados seriam os índices econômico-financeiros que deverão ser comprovados pelas licitantes, na medida em que caberia à Administração fundamentar a escolha dos critérios de aferição adotados, notadamente porque, no caso concreto, os índices de liquidez e de endividamento consignados no edital estariam acima da média apurada perante empresas da área de saneamento.

Com tais assertivas, compreende a representante que as regras dispostas no edital lançado pela SEMAE



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

atentam contra a competitividade, razão pela qual conclui pedindo a suspensão do processo administrativo, tendo em vista, em análise de mérito, esta E. Corte determinar as retificações reclamadas.

Inicial, em princípio, na conformidade dos requisitos preceituados pelo art. 220, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

A demanda centra-se nos critérios de aferição da qualificação econômico-financeira, matéria que, nada obstante os limites prescritos na norma, admite, conforme o caso concreto, certo grau de flutuação.

Duas as assertivas, portanto, a serem enfrentadas nesta cognição inicial do pedido.

A primeira, no sentido de que a exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo juntamente com o recolhimento de garantia de participação não contaria com suporte na Lei de Licitações.

Não penso que a questão seja procedente, exclusivamente porque tal solução encontra apoio no poder discricionário do Administrador.

Nesse sentido, inclusive, a leitura do preceito do § 2º, do art. 31 da Lei de Licitações ocorre, "mutatis mutandis", conforme o enunciado da Súmula nº 27:

"Em procedimento licitatório, a cumulação das exigências de caução de participação e de capital social mínimo insere-se no poder discricionário do administrador, respeitados os limites previstos na lei de regência."

Creio, ao menos em princípio, que o requisito se amolda ao referido entendimento, mais ainda porque rigorosamente observados os percentuais máximos exigidos no Estatuto em face do valor estimativo do objeto.

A segunda, sobre os índices de liquidez, geral e corrente, além do grau de endividamento, que estariam fixados em patamares divergentes do que usualmente poderia ser encontrado no mercado.

Aqui também não vislumbro na cláusula conteúdo de restrição de direitos subjetivos.

Essencialmente, a imposição de índices maiores ou iguais a 1,2 e grau de endividamento menor ou igual a 0,5 está de acordo com o entendimento vigente na Corte, não cabendo, em princípio, impugnar a disposição adotada pela Administração.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

Evidente que, na concretude do processo licitatório concluído e do negócio aperfeiçoado, nada assegura que tais índices possam se revelar excessivos.

Isso, porém, remeteria a análise a futura avaliação de natureza ordinária, não me parecendo, portanto, que o rito processual do Exame Prévio de Edital se demonstre idôneo para o aprofundamento do tema.

Assim sendo, ausentes elementos que indiquem flagrante violação a direitos, portanto, **INDEFIRO liminarmente o pedido formulado pela Sociedade Civil de Saneamento Ltda., determinando o arquivamento do expediente.**

Ao Cartório para que se digne intimar representante e representada do aqui decidido, dando-se, em seguida, vista ao d. MPC.

Publique-se.

GC., 24 de Fevereiro de 2016.

RENATO MARTINS COSTA
Conselheiro

JAPN